

NOVA REGNI PORTUGALLIAE ET ALGERIBIAE DESCRIPTIO AUCTORE A. SIMSON

REGNI PORTUGALLIAE

ROSAEM  
PORTUGAL  
ALGERIAE

ROSAEM

Mário Rui Simões Rodrigues  
Margarida Sobral Neto

# Informações Paroquiais e História Local

A Diocese de Coimbra  
(Século XVIII)



Palimage  
Imagem Palavra

**Publicação apoiada por:**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Informações Paroquiais  
e  
História Local**

**A Diocese de Coimbra  
(Século XVIII)**

**Coimbra  
2012**

Título: *Informações Paroquiais e História Local. A Diocese de Coimbra (Século XVIII)*

Autores: Mário Rui Simões Rodrigues e Margarida Sobral Neto

Revisão gráfica: António Manuel Bandeira de Oliveira

Capa: Pormenor do mapa *Le Royaume de Portugal e des Algarves divisé en ses Archevêchés, Evêchés, et Territoires*, elaborado já nos finais do século XVII por Nicolas Sanson, e depois inserto no *Atlas Nouveau* comercializado por Pierre Mortier

© 2012 Terra Ocre edições e

© CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura

Direitos reservados por Terra Ocre, Lda.

Co-edição:

CHSC - Centro de História da Sociedade e da Cultura – Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra

e

Palimage

Apartado 10032

3031-601 Coimbra

e-mail: [palimage@palimage.pt](mailto:palimage@palimage.pt)

site: [www.palimage.pt](http://www.palimage.pt)

ISBN: 978-989-703-056-7

Depósito Legal n.º 353384/13

Impressão: Artipol – Artes Tipográficas, Lda.

ISBN da edição digital: 978-989-703-230-1



PALIMAGE É UMA MARCA EDITORIAL DA TERRA OCRE EDIÇÕES

MÁRIO RUI SIMÕES RODRIGUES  
MARGARIDA SOBRAL NETO

# **Informações Paroquiais e História Local**

**Percursos da História Local Portuguesa**

**Informações Paroquiais Setecentistas  
da Diocese de Coimbra:  
Roteiro para os Investigadores de  
História Regional e Local**



**Palimage**  
*A Imagem e A Palavra*



## História da Região Centro de Portugal

Nos anos setenta da anterior centúria, esteve em agenda política a questão administrativa da “regionalização” em cotejo com um possível “regionalismo”. Então, o Centro de História da Sociedade e da Cultura, como unidade de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sediada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, concebeu e começou a concretizar um projecto científico para detectar, à escala da “Região Centro”, *identidades locais* (umas mais de pendor histórico ou passadista, outras mais presentistas ou actuais, outras ainda mais projectivas ou futuristas), que ajudassem a perceber que o “regionalismo” não era detectável nem no Portugal Continental, nem no Insular. Em última instância, estes estudos de História Local, típica ou atípicamente, concorreriam para suportar, criteriosamente e com suficiente sustentabilidade, projectos de crescimento e desenvolvimento na referida unidade administrativa. Poder-se-ia, deste modo, evitar a pecha histórica (com o inevitável esbanjamento dos dinheiros públicos) de oferecer às populações o que elas não pedem e de não lhes dar o que elas culturalmente reivindicam.

O projecto *História da Região Centro de Portugal* tem-se vindo, pois, a materializar em três domínios ou vertentes, a saber: num levantamento (divulgado e disponível) de *Fontes e Estudos* (de preferência associados); na realização e correspondente publicação de “Estudos parcelares” (ou monográficos); na elaboração de *Sínteses* (apoiadas nos estudos anteriores) que concorrem para a definição de identidades colectivas.

Entre outras, têm constituído curiosidades históricas (actuais) dos investigadores deste projecto, as seguintes: Como é que se tem processado a reprodução biológica, social e cultural dos habitantes de uma determinada

circunscção administrativa? Que épocas ou ciclos poderão ser estabelecidos relativamente à fixação e à evolução dos povoadores? Que sinais ou marcas vão deixando nos sítios habitados, nos tipos de habitação e nas várias formas de organização comunitária? Que meios utiliza(ra)m para produzir bens e serviços e para os fazer circular ou trocar? Como se tem processado a distribuição da riqueza e o que resultou dela ao nível do consumo e do investimento? De que valores, conhecimentos, signos e símbolos se serviram e mantêm ainda vivos para afirmar e dinamizar as respectivas culturas? Que papel tiveram os vários poderes locais nos processos do crescimento e do desenvolvimento?...

Naturalmente, é neste *item* último que mais e melhor se cruza o vetusto e prestigiado poder municipal com outras formas de poder, o que tem suscitado abordagens múltiplas que podem ir desde a transcrição e o estudo dos “forais” até à apreensão (diacrónica e sincrónica) das relações do municipalismo com o senhorialismo, o Poder Central e até com Poderes transnacionais.

Um momento importante do estreito e intenso diálogo que, secularmente, as instâncias enunciadas têm mantido foi o que se verificou durante o Iluminismo quando os governantes portugueses (e não só, obviamente) decidiram proceder a levantamentos *estadísticos* ou estatísticos, mas também a descrições, narrativas, corografias, representações cartográficas, hagiografias... para se conhecer, à escala micro (e depois macro) o País que administravam. Este projecto foi temporalmente amplo e objectivamente complexo, pelo que convém conhecê-lo melhor. É, em grande parte, o sentido do estudo que, ora, Margarida Sobral Neto e Mário Rui Simões Rodrigues publicam, com o expresso agrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

*João Marinho dos Santos*

Coordenador Científico do

Centro de História da Sociedade e da Cultura

**- I -**

**Percursos da História Local Portuguesa**



## Percursos da História Local\*

No panorama da historiografia portuguesa actual destacam-se, pela inovação teórica e metodológica, as investigações feitas às escalas local e regional, os estudos que têm como território de análise a freguesia, o concelho ou a região. O interesse dos historiadores por estas dimensões espaciais explica-se por factores de natureza científica, intrínsecos às concepções e às práticas historiográficas, e por motivos de ordem sociopolítica, decorrentes dos novos paradigmas de organização das sociedades e dos poderes.

De notar, no entanto, que o progresso registado no campo da historiografia local, sobretudo após a década de setenta do século passado, se alicerça numa herança historiográfica construída pacientemente, ao longo do tempo, por estudiosos locais, ou simples curiosos das “Antiguidades” das terras, e por investigadores ligados a academias e instituições universitárias.

A história local foi sempre, e continua a ser, um ramo historiográfico plural que não se deixa aprisionar em classificações rígidas, redutoras da sua complexidade. A análise deste campo multifacetado do saber histórico pressupõe, no entanto, a apreensão de alguns dos seus eixos estruturantes, que nos propomos apresentar em seguida<sup>1</sup>.

---

\* Por Margarida Sobral Neto, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

<sup>1</sup> Para uma caracterização da história local portuguesa *vide* P. M. Laranjo Coelho, *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926; Luís Reis Torgal, “História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História Local e Regional”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 9, 1987, pp. 843-867; José Viriato Capela e João Arriscado Nunes, “O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República.

## 1. A narrativa histórico-corográfica

A história local portuguesa tem uma tradição muito antiga no nosso País, remontando os primeiras estudos sobre antiguidades das terras ao século XVI<sup>2</sup>. Os estudos das pequenas pátrias, elaborados sobretudo por eruditos locais, constroem-se com base em narrativas, que podemos designar histórico-corográficas, constituídas por descrições geográficas e históricas, de âmbito local ou regional, em forma de livro ou dicionário, elaboradas com o objectivo de conhecer e dar a conhecer o País, no seu todo<sup>3</sup> ou nas diversas partes que o compunham.

A literatura corográfica portuguesa afirma-se nos séculos XVI e XVII com algumas sugestivas “pinturas” de regiões e cidades portuguesas<sup>4</sup>. A obra de referência neste campo é, no entanto, a *Corografia Portuguesa* da autoria do Padre Carvalho da Costa, publicada nos inícios do século XVIII, sendo dedicada ao rei D. Pedro II. A importância deste livro decorre do facto de incorporar elementos da literatura anterior, constituindo-se, ainda, como fonte de informação reproduzida posteriormente em dicionários corográficos e histórias de localidades<sup>5</sup>.

---

Fontes para o seu estudo”, Sep. de *Barcelos-Revista*, 1993; José Viriato Capela, “História municipal, História Local e História Nacional: notas para um projecto de estudo”, in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos em Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa: Colibri, 1995, pp. 721-729; João Nunes Estêvão, “Reconstituição histórica de comunidades locais (séc. XVII-XX)”, in *2º Congresso Histórico de Guimarães, Actas*, vol. 7, Guimarães: Câmara Municipal, 1996, pp. 470-571; Armando Malheiro da Silva, “O Minho nas monografias locais, sécs. XIX-XX: notas para uma revisão sistemática dos estudos locais”, *Bracara Augusta*, Braga, 94-95 (107/108), 1991-1992, pp. 27-96.

António de Oliveira, “Problemática da História local”, sep. do Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995 (republicado em *Pedaços de História Local*, Coimbra: CHSC/Palimage, 2010, pp. 19-53). António de Oliveira, “Da história das pátrias à história local”. *A Cidade e o Campo*. Colectânea de Estudos, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

<sup>2</sup> André de Resende, *Historia da antiguidade da cidade de Évora*, Évora, André de Burgos, 1553.

<sup>3</sup> Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1610.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> Antonio Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 Tomos, Lisboa, 1706-1712; Ana Cristina Nogueira da Silva, “Uma Gramática de Descrição de Espaços: a Corografia Portuguesa do padre Carvalho da Costa”, *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa*, Série História, vol. II, 1997.

A narrativa elaborada pelo “clérigo matemático” organiza-se por províncias (circunscrição de referência na descrição do território), desdobrando-se estas em comarcas, cidades e vilas cabeças de concelho em cujo termo se identificam as freguesias. A informação contida na obra, cujo nome completo é “Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens”, é muito diversificada, sendo os temas mais recorrentes os seguintes: tópicos de cariz histórico ou lendário referentes às “antiguidades” (testemunhos mais longínquos da presença humana); toponímia; lendas e mitos vinculadores da terra ao sagrado; romagens, santos protectores, fundação e conquista da autonomia do lugar (foral); acontecimentos ou personagens relevantes no campo da religião, das letras e da guerra; genealogias; instituições civis e eclesiásticas (bispos, cabido, paróquias, misericórdias, confrarias e irmandades, governo municipal); quantitativos populacionais; recursos naturais relevantes pela sua beleza ou pelas potencialidades económicas (riqueza do subsolo, rios, florestas e terras); património artístico e arquitectónico.

O tom elogioso e engrandecedor da terra marca o discurso corográfico. Este estilo laudatório, emanado da pena dos autores das obras ou dos seus informadores, por norma naturais da terra, explica-se pela subjectividade ditada pelo amor à pequena pátria local<sup>6</sup>. Há que ter ainda em conta a ligação existente, sobretudo nas épocas medieval e moderna, entre a qualidade da terra e a dos homens que nela habitavam, ou tutelavam, a diversas escalas. Com efeito, a qualidade dos recursos naturais valorizava os habitantes, engrandecia os senhores do lugar, o País e o monarca. De notar, no entanto, que com o tempo, a representação das localidades construída pelos autores de corografias se transformou em memória configuradora das identidades locais<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Sobre o conceito de pátrias ver: Maria Beatriz da Rocha-Trindade, “As micro-pátrias do interior português”, *Análise Social*, vol. XXVIII (98), 1987, pp. 721-732.

<sup>7</sup> Sobre a projecção de estudos de comunidades na construção das identidades locais, ver Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.

O conhecimento vertido nos textos em análise decorre de motivações intelectuais, sociais e políticas. Quanto às primeiras, importa destacar o espírito de curiosidade e de observação que se acentua a partir do humanismo (séc. XVI), tornando-se, progressivamente, esforço de racionalização da percepção do real no sentido de nele intervir com maior eficácia<sup>8</sup>.

No que concerne às segundas, é de relevar a necessidade sentida pela coroa de se dotar de instrumentos informativos referentes ao território que se constituíssem como suporte político e financeiro do seu domínio, como informação necessária à promoção de uma política de desenvolvimento do território ou à construção da memória nacional. É neste contexto que, no século XVIII, foram elaborados vários inquéritos – nomeadamente os promovidos pela Academia Portuguesa da História (1721) e pela Secretaria de Estado do Reino (1732, 1756 e 1758) – cujas respostas se assumem como fonte preciosa para a história das localidades, como se demonstra no estudo de Mário Rui Simões Rodrigues<sup>9</sup>.

A necessidade de “perscrutação do real” acentuou-se no ambiente iluminista da Academia das Ciências de Lisboa, expressando-se em projectos de “Viagens filosóficas”, “Memórias” e “Descrições Geográficas e Económicas”, bem como em esforços de quantificação da população (numeramento de Pina Manique (1798) e o censo de (1801-1802)<sup>10</sup>.

A missão assumida pelos académicos da Academia Real das Ciências não foi apenas a de descobrir o passado, mas também, e talvez sobretudo, a de identificar e inventariar os recursos existentes com o objectivo de traçar as políticas que permitissem desenvolver as diversas regiões do País, num tempo em que o Império, nomeadamente o Brasil, já dava sinais de grande vulnerabilidade<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Margarida Sobral Neto, “A desagregação das estruturas de Antigo Regime: alguns indicadores”, in Fernando Marques da Costa; Francisco Contento Domingues; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*, Lisboa: Vega, 1989. pp. 251-258.

<sup>9</sup> Sobre este assunto cf. Maria José Mexia Bigotte Chorão, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, 21, 1987, pp. 93-130.

<sup>10</sup> Joel Serrão, *Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1973; José Luís Cardoso, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

<sup>11</sup> Citamos a título exemplificativo as seguintes obras: José de Abreu Bacelar Chichorro, *A memória económico-política da Província da Estremadura*, publicada com introdução e notas por Mosés Bensabat Amzalak, Lisboa, 1943; *Mapa do estado actual da provincia de*

O esforço de conhecimento dos recursos do território prosseguiu no século XIX traduzindo-se na publicação de diversas corografias e dicionários corográficos, obras cujos conteúdos reflectem as necessidades de informação de uma sociedade política em profunda mudança. Com efeito, estes estudos dão-nos conta da reorganização administrativa que se operou neste século em articulação com a estruturação do estado oitocentista, assumindo-se como instrumentos legitimadores da nova geografia política<sup>12</sup>. A literatura corográfica oitocentista reflecte, igualmente, as novas necessidades da construção do Estado ao integrar nos seus conteúdos informação estatística<sup>13</sup>.

Uma das produções de referência da literatura corográfica e da história local oitocentista é a obra organizada por Pinho Leal intitulada *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*<sup>14</sup>. O título deste dicionário, que integra 12 volumes, reporta-se a dois tempos históricos (a antiguidade e a modernidade) e enumera os campos temáticos nos quais a informação se inscreve: a geografia, a corografia, a estatística, a história, a arqueologia, a biografia, a etimologia e a heráldica. Para a elaboração desta obra de síntese publicada entre 1873 e 1890, o autor utilizou a informação disponível sobre as localidades na literatura corográfica anteriormente publicada, socorrendo-se ainda de testemunhos orais e de dados disponíveis em monografias locais.

---

*Tras-os-Montes*, de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, publicado por José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII*, Coimbra: CHSC, 1981.

<sup>12</sup> João Baptista da Silva Lopes (coord.), *Diccionario postal e chorographico do Reino de Portugal comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do Continente do Reino e dos archipelagos dos Açores e Madeira*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1894, 3 vol.

<sup>13</sup> João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve*, Lisboa: Typographia da Academia, 1841.

<sup>14</sup> Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 12 vols., 1873-1890.

## **2. A história particular das localidades**

Atribui-se a designação de história particular das localidades às monografias de comunidades rurais ou urbanas, elaboradas maioritariamente por eruditos locais que se dedicavam à pesquisa de fontes históricas com objectivo de conhecer e preservar a história e a memória da sua terra natal.

O tempo da elaboração, por excelência, das histórias nacionais, mas também de estudos locais, foi, entretanto, o século XIX. Este facto explica-se pela conjugação de factores de natureza institucional e política, decorrentes dos processos centralizadores inerentes à construção, ou afirmação dos Estados, e por motivos de natureza científica que se articulam com as exigências da construção histórica influenciada pela escola metódica<sup>15</sup>.

Este grande investimento na história traduziu-se na publicação de estudos e na elaboração de colectâneas documentais como a que a Academia das Ciências elaborou por sugestão de Alexandre Herculano, intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*. Esta obra contém documentos fundadores da nacionalidade portuguesa, mas também muitas cartas matriciais de concelhos (forais) e outra documentação muito relevante para a história dos municípios medievos, caso das inquirições.

Importa, entretanto, notar que o governo liberal ao mesmo tempo que promovia a construção de uma história nacional, legitimadora de um processo de integração política alicerçada na ideologia liberal, contribuía igualmente para a preservação da história dos municípios ao ordenar às câmaras, por portaria de 8 de Novembro de 1847, a publicação dos seus Anais. Esta disposição legislativa deu origem à elaboração de grandes colectâneas de documentos referentes à vida municipal, caso da obra intitulada *Elementos para a História do Município de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira.

---

<sup>15</sup>“A história faz-se com documentos”. Esta frase emblemática da escola metódica marca a afirmação da história como disciplina científica no contexto do positivismo, corrente de pensamento que se afirmou no século XIX. Sobre o enquadramento problemático e a metodologia da construção histórica positivista ver: Langlois, Ch. V., Seignobos – *Introduction aux études historiques*, Paris, Librairie Hachette, 1898.

A relevância da história local para o conhecimento da história pátria, bem como para a criação do sentimento de apego às pequenas pátrias, viria a ser reconhecida por Oliveira Martins no prefácio à *Monografia sobre Oliveira do Hospital*: “Considerarei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda Arqueologia e História, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e às mãos nos Arquivos municipais e particulares. Um corpo de monografias destas relativas aos principais concelhos do reino, formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso; ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades esse amor à terra, base natural e necessária ao sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo”<sup>16</sup>.

Os sentimentos do célebre historiador oitocentista foram partilhados por muitos outros autores que deram a lume histórias locais, movidos por amor à terra (em alguns casos da pátria ausente<sup>17</sup>) mas também por amor à ciência histórica, que, no contexto oitocentista, influenciado pelas correntes do positivismo histórico alemão e francês, se traduzia em narrativas alicerçadas em documentos lidos à luz do método crítico.

A história local, no século XIX, não atraía, porém, apenas o interesse de estudiosos movidos “por amor à terra”; convocava igualmente intelectuais interessados na elaboração de histórias locais. É o caso de P. W. de Brito Aranha, membro da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências de Lisboa, que publicou, em 1871, uma obra com o título *Memórias Histórico-Estatísticas*, dedicada a várias localidades: Póvoa de Varzim, Lousã, Marinha Grande, Peso da Régua, Mossâmedes e Vista Alegre.

Para além dos meios eruditos e das academias, o estudo das localidades era igualmente acolhido em meio universitário. Com efeito, em meados do século XIX Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, indicava, como tema de trabalhos escolares, monografias das terras da naturalidade dos alunos, iniciativa de que resultaram alguns estudos como: a “Memória Histórica do Concelho de Serpa” e a “Memória Histórica do Concelho de Mesão Frio”.

---

<sup>16</sup> Citado por P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, Lisboa, 1935, p. 52.

<sup>17</sup> Um exemplo muito expressivo em: D. João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel, *Memórias da Villa de Oleiros e do seu concelho*, Angra do Heroísmo: Typographia da Virgem Immaculada, 1881.

O plano gizado pelo professor de direito para estes trabalhos não se confinava, entretanto, a uma história erudita, antecipando temas que haveriam de constituir-se como assuntos centrais de uma nova história económica e social<sup>18</sup>. Na mesma linha se inserem as obras de Alberto Sampaio, autor de obras de referência na área da história local e regional, de que se destacam *As vilas do Norte de Portugal* e as *Póvoas Marítimas*<sup>19</sup>.

As duas primeiras décadas do século XX revelaram-se, igualmente, muito propícias à realização de estudos locais e regionais graças à convergência de factores de natureza científica e política. Entre os primeiros, destaca-se o ambiente de renovação das ciências sociais na Europa, assumindo particular protagonismo a geografia humana, a sociologia e a etnografia. Por sua vez, no campo da história faziam-se ouvir as vozes de jovens historiadores que proclamavam a urgência de uma “história nova” sintonizada com os desafios de uma sociedade em mudança<sup>20</sup>. Nesta linha de pensamento, Marc Bloch escrevia em 1932: “Que as monografias regionais apoiadas numa sólida erudição alimentada por uma ampla cultura histórica são o único meio que nos pode restituir pouco a pouco, na sua diversidade, a imagem da velha sociedade francesa – ou para dizer melhor, da sociedade francesa de todos os tempos, tanto presente como passada – é uma verdade cuja evidência se impõe a todos os historiadores com maior força que nenhuma outra”<sup>21</sup>.

Neste contexto, a Universidade de Coimbra convidou, em 1909, Léon Poinard para fazer um conjunto de conferências destinadas a vulgarizar as metodologias para a elaboração de monografias. Esta iniciativa deu origem à publicação intitulada “*O estudo dos agrupamentos Sociais*

---

<sup>18</sup> O plano das monografias era o seguinte: Introdução – Origem histórica do concelho e seu desenvolvimento. Distribuição da propriedade antes e depois do regime liberal (cap. 1.º); distribuição da população antes e depois do regime liberal; emigração e imigração, se as há: suas causas e efeitos (cap. 2.º); indústrias antes e depois do regime liberal, seu desenvolvimento ou decadência e causas (cap. 3.º); Misericórdia, sua história e estado actual (cap. 4.º); confrarias e estabelecimentos de beneficência (cap. 5.º); Associações (cap. 6.º); Institutos de crédito (cap. 7.º).

<sup>19</sup> No prefácio à edição de 1979 afirmou Maria José Trindade: “Relido o trabalho de Alberto Sampaio, confrontado com estudos posteriores, portugueses e estrangeiros, fica-nos a convicção de que estamos perante algo de excepcional na historiografia portuguesa – pelo conteúdo, pelo método, pela actualidade”, Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos: as vilas do Norte de Portugal*, Lisboa: Editorial Vega, 1979.

<sup>20</sup> Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa: Europa-América, s.d.

<sup>21</sup> Marc Bloch, *La Historia rural francesa*, Barcelona: Editorial Crítica, 1978, p. 48.

*pelo método monográfico segundo Le Play e H. de Tourville*” (1909), obra de cariz metodológico que inspirou pequenas monografias locais<sup>22</sup>.

No mesmo período, pontuavam no meio académico português, nas áreas da geografia, da etnografia e da filologia personalidades que lançaram os alicerces científicos de estudo de base regional, carreando, ao mesmo tempo, importantes contributos para a definição de identidades locais: caso de Leite de Vasconcelos, Virgílio Taborda, Amorim Girão, dos jovens Orlando Ribeiro e Fernandes Martins, bem como dos filólogos Paiva Boléo e Herculano de Carvalho.

Por sua vez, o ambiente político da Primeira República alimentou alguns sentimentos de regionalismo expressos, por exemplo, nos congressos regionais que se realizaram nos anos 20 do século passado em algumas capitais de distrito.

O contexto continuava a ser propício à realização de estudos locais, sentindo já, alguns autores, a necessidade de coligir em livro a bibliografia relativa a monografias testemunhada nos seguintes títulos: Brito Aranha, *Bibliographie des ouvrages portugaises pour servir à l'étude des villes, des villages (...) du Portugal, Açores, Madère et Possessions d'Outremer* (Lisboa, 1900); Eduardo Rocha Dias, *Monographias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do Continente de Portugal* (Lisboa, 1908); Mesquita de Figueiredo, *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa* (Lisboa, 1933).

O reconhecimento científico deste género historiográfico expressa-se, igualmente, no facto de Laranjo Coelho ter proferido, em 1934, na Academia das Ciências de Lisboa duas lições subordinadas ao tema: *As monografias Locais na Literatura Histórica Portuguesa*. “Se a história, como de todos é sabido, deixou de ser uma simples e fria narração de factos de ordem geral, a recordação dos sucessos gloriosos de um homem ou de uma família, ou o conjunto de normas para a preparação da vida política e militar; se a história, ao transformar-se em ciência, teve que alargar, cada vez mais, o raio visual da sua acção, necessário foi que, além das ciências auxiliares que hoje a servem, completam e fundamentam, cada país lhe fornecesse as contribuições parciais do estudo dos seus agregados urbanos, – províncias,

---

<sup>22</sup>P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, p. 55.

idades, vilas, aldeias e casais, agregados que constituem, por assim dizer, as células embrionárias da vida orgânica e social de um povo, de uma nação”<sup>23</sup>. Este texto proferido perante a comunidade científica portuguesa do tempo é, por um lado, revelador das novas concepções de História que se afirmavam na Europa e, por outro, da percepção da ligação entre história local e história nacional, considerada a primeira como ciência auxiliar da segunda.

As prioridades do Estado Novo em relação à História centravam-se, nos finais da década de trinta, na preparação das comemorações dos Centenários da Fundação e Restauração da Nacionalidade, num ambiente de fervor nacionalista. Neste contexto a investigação universitária, muito vigiada ideologicamente, confina-se ao domínio da história política e institucional centrada nas grandes figuras políticas e nos acontecimentos considerados politicamente mais relevantes da vida nacional, caso dos Descobrimientos Portugueses<sup>24</sup>.

Saliente-se, no entanto, que Marcello Caetano, prof. da cadeira de direito administrativo na Faculdade de Direito de Lisboa, aconselhava os alunos a realizarem monografias de concelhos, tendo para o efeito elaborado um plano pormenorizado. Este plano integrava duas partes que se subdividiam em vários capítulos: o primeiro era dedicado à história do concelho (data da fundação, origem, circunscrição municipal, organização municipal e factos notáveis da vida do concelho); o segundo intitulava-se “vida económica e social” e tinha como objectivo uma caracterização da sociedade local na época contemporânea. A metodologia aconselhada era a definida pela escola metódica, tanto no que diz respeito à procura da objectividade como à rigorosa fundamentação do texto<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, pp. 7-8.

<sup>24</sup> Luís Reis Torgal, “História em tempo de ditadura”, in Fernando Catroga, José Amado Mendes, Luís Reis Torgal, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 241-276.

<sup>25</sup> Transcrevemos alguns conselhos dados aos alunos pelo autorizado prof. de direito administrativo, atendendo à actualidade dos pontos 2, 3 e 4: “1. Evitará o estudante cuidadosamente exprimir opiniões próprias ou deixar transparecer tendências pessoais, procurando pelo contrário que o seu trabalho tenha o cunho da perfeita objectividade; 2. Todos os dados históricos devem ser extraídos de fontes autênticas. Impõe-se a visita e exploração dos arquivos municipais; 3. As informações que tenham de ser pedidas a pessoas idóneas devem, quanto for possível, ser contrastadas, ouvindo sobre elas outras

O sentimento regionalista e localista permanecia, entretanto, bem vivo em alguns espaços, expressando-se em publicações relativas a história e a curiosidades locais. Do espólio existente na Biblioteca Popular de Lisboa, criada em 1918 e com depósito legal a partir de 1931, nos dá conta Durval Pires de Lima na obra *Bibliografia Corográfica de Portugal*, publicada em quatro tomos, entre 1962 e 1969. O autor refere a existência nesta biblioteca de três mil obras sobre história local, arqueologia, filologia, geografia, etnografia e economia.

A história local que se configura como história particular das localidades, praticada fora dos meios académicos, constitui-se como um sector muito importante da historiografia portuguesa. Comparando esta história, elaborada por eruditos locais, com a produzida no seio das Universidades, podem detectar-se algumas fragilidades ao nível da metodologia e da elaboração teórica. De notar, no entanto, que se tomarmos como objecto de comparação os conteúdos, os temas tratados, somos levados a concluir que, em Portugal, este género historiográfico entrou nos caminhos de uma nova história mais cedo do que a história académica, condicionada pelos modelos da história positiva (ou positivista) e não dispondo da liberdade que sempre foi possível respirar fora dos ambientes vigiados da produção do saber.

Na verdade, num tempo em que a investigação histórica universitária se centrava fundamentalmente na história política e institucional ou na história da arte e da cultura “erudita”, a pesquisa elaborada fora das Academias ao mesmo tempo que tratava de temas tradicionais, como o património monumental local ou personalidades relevantes na carreira das letras, das armas ou da vida religiosa, abordava igualmente outros temas que faziam parte de uma nova história: caso das lendas e costumes locais, ou de aspectos referentes à vida económica: como recursos e produções locais (agrícolas e industriais, comércio) ou formas de sociabilidade civil (feiras, associações) ou religiosa (romarias e festas, irmandades e confrarias).

---

peças de igual competência, a fim de reduzirem ao mínimo as probabilidades de erro; 4. Aconselha-se o estudante a que procure produzir obra sua, bem pessoal, e evite transcrever o que já foi dito por outros ou utilizar sem verificação prévia os dados e afirmações publicadas” (“Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de Direito Administrativo, Prof. Marcello Caetano”, in José V. Capela (dir.) – *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional*, Braga, 1998, pp. 271-276).

As fragilidades de abordagem destes assuntos decorriam da tendência em abarcar vastos arcos temporais (ainda que privilegiando os extremos, as épocas mais recuadas e a contemporaneidade) e múltiplas áreas temáticas.

A maior parte destes estudos configura-se, assim, como bem se compreende, como história particular das localidades dado estar ausente a dimensão comparativa, bem como a necessária integração do local no nacional, objectivos que só se podem atingir com a redução das escalas espaciais, temporais e temáticas.

### **3. Percursos de uma nova história local**

Com a nova história local surgiu a necessidade de delimitar períodos cronológicos e espaços geográficos, caminho que levou inevitavelmente aos estudos à escala local<sup>26</sup>.

As primícias de uma nova história local portuguesa devem-se a jovens investigadores que nos inícios da década de sessenta começaram a concretizar sonhos ainda vedados aos seus professores. Com efeito, as teses de licenciatura constituíram um espaço de inovação no contexto universitário português. Nelas foi possível experimentar novas metodologias e territórios, nomeadamente no campo da demografia histórica. Os estudos de população, aparentemente inócuos do ponto de vista ideológico, foram introduzidos nas Faculdades de Letras, na década de 60 do século passado, como tema de teses de licenciatura dedicadas a freguesias urbanas e rurais<sup>27</sup>. As monografias locais dedicadas à história da população e à história da família tornar-se-iam, nos anos setenta e oitenta do século passado, expressões sólidas de uma história local académica<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Jacques Revel, *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris: Gallimard, 1966; Margarida Sobral Neto, "A história uma ciência em mudança: novos e velhos temas na investigação historiográfica", *Revista Portuguesa da História*, Coimbra, 39, 2007, pp. 255-271.

<sup>27</sup> Guilhermina Mota, "Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População", *População e Sociedade*, n.º 3, 1997.

<sup>28</sup> Norberta Amorim, *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*. Lisboa: INIC, 1987; Guilhermina Mota, "Notas para o estudo da família em Penela no século XIX", in *'Na Morte de Um Homem Bom': homenagem ao Professor Salvador Dias Arnaut*, Coimbra-Figueira da Foz, 1998, pp. 81-90.

A partir dos inícios da década de 70 do século XX, a historiografia portuguesa liberta dos constrangimentos de natureza política, e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros das Universidades já existentes, bem como das Universidades então criadas, lançou-se à aventura da descoberta de novos “territórios”.

A abertura de novos campos de investigação – económico, social, cultural – levou o historiador a optar por outras escalas que se ajustavam aos novos problemas em análise bem como às novas exigências da investigação histórica, sendo uma delas, e talvez a principal, a necessidade de trabalhar, com vastíssimos núcleos documentais, nomeadamente os constituídos por fontes seriais (registos de população, notariais, documentação fiscal e judicial).

Os primeiros marcos da renovação e abertura da historiografia portuguesa são as monografias de cidades (Coimbra, Porto), regiões (Algarve, Entre Douro e Minho, Aveiro, Baixo-Mondego) e concelhos em que se articulou a história da população, a economia e a sociedade<sup>29</sup>.

O território, por excelência, da história local é, no entanto, o concelho, principal estrutura de enquadramento das populações ao longo da história, de uma forma particular nos tempos medievais e modernos. A história do municipalismo surge com Alexandre Herculano, configurando-se como história da resistência aos processos de centralização do poder. A este historiador, no dizer de António de Oliveira, “assenta-lhe bem o papel de fundador da nova história local, doravante, até hoje, enquadrada nos espaços do poder municipal”<sup>30</sup>.

A história dos municípios renasce em Portugal, em 1974, num contexto de recuperação pelas autarquias do exercício de poder de que tinham sido privados no Estado Novo. Uma vez mais a promoção dos estudos locais ocorre devido à conjugação de circunstâncias de natureza científica e política. Com efeito, enquanto as investigações históricas, conduzidas por novas concepções de poder, levavam os historiadores aos arquivos municipais, os autarcas e as comunidades concelhias almejavam construir,

---

<sup>29</sup> António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, 2 vols; Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, 1986, 2 vols; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

<sup>30</sup> Cf. Oliveira, António de, “Problemática da História local”, *Op. cit.*, p. 17.

aprofundar ou alargar as memórias concelhias, isto é, procuravam, e procuram, no passado a legitimação para um poder que pretende crescer em autonomia.

Muitos caminhos têm conduzido, nas últimas décadas, ao estudo da história das localidades. Um dos mais especializados é o da micro-história.

Marc Bloch definiu história local como “um problema de história geral colocado a testemunhos que proporcionam um campo de experiências restrito”<sup>31</sup>. Esta definição pode aplicar-se à micro-história, corrente que nasceu em Itália nos anos oitenta. A novidade desta corrente, ou correntes (atendendo à sua diversidade), reside na redução da escala de observação, temática ou espacial, para tentar captar comportamentos de “homens concretos”, reconstituindo percursos individuais (biografias e histórias de vida), perfis e redes sociais (estudos prosopográficos, *network analysis*)<sup>32</sup>.

Este caminho historiográfico que conduziu à história local cumpre o conselho de Peter Burke expresso nas palavras seguintes: “Para evitar a miopia e o bairrismo – ossos do ofício dos historiadores empíricos – é preciso aprender a ver o geral no particular. Os problemas e as situações são recorrentes. Mas, obviamente, nunca se repetem exactamente da mesma maneira. Contudo, é impossível ver aquilo que há de único numa situação determinada sem a comparar com outras, ou com uma teoria geral”<sup>33</sup>.

#### **4. A história local: uma história aplicada**

A história local pode transformar-se numa história aplicada. Com efeito, os estudos de história local constituem o suporte necessário para a execução de projectos de reconstituição do património local, organização de ecomuseus ou de outros projectos associados às novas concepções de turismo cultural<sup>34</sup>. Por sua vez a divulgação do conhecimento histórico, nas suas múltiplas vertentes, confere densidade histórica aos lugares

---

<sup>31</sup> Marc Bloch, *Op. cit.*, p. 49.

<sup>32</sup> Giovanni Lévi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIII siècle*, Paris: Gallimard, 1989. Jacques Revel, *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris: Gallimard, 1996.

<sup>33</sup> Peter Burke, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa: Difel, 1992, p. 11.

<sup>34</sup> Um exemplo: João Marinho dos Santos, *O concelho de Almeida. Esboço histórico-sociológico*, Coimbra: Palimage, 2005.

concretos, facto que, segundo penso, contribui para o estabelecimento de laços entre as populações e os lugares, o que gera enraizamento, criação de afectos e sentimentos de pertença pelos espaços da vivência quotidiana.

Do atrás exposto decorre que a história local construída com fontes produzidas a nível local é absolutamente necessária para conhecer o passado e eventualmente projectar o Futuro das comunidades locais.

De notar ainda que os estudos de história local deram um forte contributo para o enraizamento de uma concepção de História como construção de um povo e não apenas de figuras eminentes da cultura e da política, concepção que se espera frutificar na construção de uma cidadania activa.

A história local tem-se revelado, igualmente, um espaço de profícuo diálogo com a sociedade, em particular com as instituições de poder local, de modo particular com as autarquias. Com efeito, o saber histórico deixou de se confinar às Academias, às revistas e aos livros especializados e encontrou outros espaços de debate, criação e difusão. Testemunham este fenómeno os múltiplos colóquios promovidos pelas Autarquias Locais, muitas vezes em colaboração com as Universidades, e realizados nos espaços dessas Autarquias, a criação de revistas de história local, bem como o aparecimento de Associações e Gabinetes, espaços onde se pratica história local aplicada, nomeadamente no que concerne à identificação e preservação do património artístico e cultural no seu sentido mais amplo.

A historiografia elaborada nos meios académicos chegou, assim, a novos públicos e começou a destruir barreiras, e preconceitos, existentes entre a história local académica e a não académica, diálogo que urge continuar a promover.



**– II –**

**Informações Paroquiais Setecentistas  
da Diocese de Coimbra:  
Roteiro para os Investigadores de  
História Regional e Local**

**Notícia breve de algumas Informações Paroquiais  
setecentistas desconhecidas  
ou pouco conhecidas da Diocese de Coimbra  
(1717, 1763, 1769 e 1774),  
acompanhada de alguns inventários úteis  
para os estudantes e investigadores da História local  
de várias paróquias deste Bispado,  
situadas nos distritos de  
Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.**

## Índice Geral

História da Região Centro de Portugal .....	7
I – PERCURSOS DA HISTÓRIA LOCAL PORTUGUESA .....	9
Percurso da História Local .....	11
1. A narrativa histórico-corográfica .....	12
2. A história particular das localidades .....	16
3. Percursos de uma nova história local .....	22
4. A história local: uma história aplicada .....	24
II – INFORMAÇÕES PAROQUIAIS SETECENTISTAS DA DIOCESE DE COIMBRA: Roteiro para os Investigadores de História Regional e Local ..	27
Apresentação: Informações Paroquiais Setecentistas da Diocese de Coimbra: Roteiro para os Investigadores de História Regional e Local .....	29
1. Introdução .....	33
2. A Diocese de Coimbra no Século XVIII .....	35
3. As Informações Paroquiais Setecentistas .....	39
3.1. As <i>Informações Paroquiais de 1717</i> .....	42
3.2. As <i>Informações Paroquiais de 1721</i> .....	42
3.2.1. As “ <i>Memorias Ecclesiasticas do Bispado de Coimbra</i> ” e a “ <i>Historia Ecclesiastica de Coimbra</i> ” .....	43
3.2.2. As “ <i>Noticias das Igrejas do Bispado de Coimbra</i> ” .....	45
3.2.3. As “ <i>Noticias dos Conventos do Bispado de Coimbra</i> ” .....	46
3.2.4. A “ <i>Noticia das Villas e Lugares da Comarca de Coimbra</i> ” .....	47
3.2.5. As “ <i>Memorias Geographicas e Historicas da Comarca de             Coimbra</i> ” .....	48
3.2.6. As “ <i>Noticias</i> ” da Comarca de Leiria .....	49
3.3. As <i>Informações Paroquiais de 1732</i> e o <i>Diccionario Geografico</i> .....	49
3.4. O inquérito populacional de 1732 .....	51
3.5. As <i>Informações Paroquiais de 1756</i> .....	55
3.6. As <i>Informações Paroquiais de 1758</i> .....	58
3.7. As <i>Informações Paroquiais de 1763</i> .....	59

3.8. As “Relações” Paroquiais de 1769 .....	60
3.9. As possíveis Informações Paroquiais de 1769 .....	63
3.10. As <i>Informações Paroquiais de 1774</i> e o “Estado das Igrejas, <i>Fabricas, e Confrarias</i> ” .....	64
3.11. As <i>Informações Paroquiais de 1775</i> .....	66
4. Outras <i>informações</i> setecentistas com interesse para a História local .....	68
4.0. Dicionários .....	69
4.1. Bibliografias de História local .....	70
4.2. Cartografia .....	72
4.3. Corografias e Geografias setecentistas .....	76
4.4. Repertórios, Catálogos e Censos .....	77
4.5. Memórias .....	79
4.6. Relatos de viagem .....	80
5. As <i>Informações Paroquiais</i> como fonte histórica .....	81
a) As <i>Informações Paroquiais de 1717</i> .....	82
b) As <i>Informações Paroquiais de 1721</i> .....	83
c) As <i>Informações Paroquiais de 1732</i> .....	83
d) As <i>Informações Paroquiais de 1756</i> .....	84
e) As <i>Informações Paroquiais de 1758</i> .....	86
f) As <i>Informações Paroquiais de 1763</i> .....	91
g) As “Relações” Paroquiais de 1769 .....	92
h) As possíveis Informações Paroquiais de 1769 .....	96
i) As <i>Informações Paroquiais de 1774</i> .....	96
j) As <i>Informações Paroquiais de 1775</i> .....	97
6. Critérios de transcrição .....	99
Apêndice Documental e Inventários .....	105
I – Questionários .....	107
1. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1717</i> .....	109
2. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1721</i> do Cabido da Sé de Coimbra .....	110
3. O questionário das Informações de 1721 requeridas aos provedores das comarcas .....	112
4. O questionário hipotético das <i>Informações Paroquiais de 1732</i> .....	113
5. O inquérito populacional de 1732 .....	116
6. O questionário do <i>Diccionario Geografico</i> .....	117

7. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1756</i> .....	121
8. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1758</i> .....	123
9. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1763</i> .....	127
10. O questionário das <i>Informações Paroquiais de 1775</i> .....	128
II – Respostas aos Inquéritos .....	131
1. <i>Informações Paroquiais de 1717</i> .....	133
2. <i>Informações Paroquiais de 1721</i> .....	135
3. “ <i>Noticias das Igrejas do Bispado de Coimbra</i> ” .....	139
4. “ <i>Noticia das Villas e Lugares da Comarca de Coimbra</i> ” .....	140
5. “ <i>Extracto das Noticias</i> ” .....	144
6. “ <i>Memorias Geographicas e Historicas da Comarca de Coimbra</i> ” .....	147
7. “ <i>Noticias</i> ” da Comarca de Leiria .....	152
8. <i>Informações Paroquiais de 1756</i> .....	157
9. <i>Informações Paroquiais de 1758</i> .....	160
10. <i>Informações Paroquiais de 1763</i> .....	173
11. “ <i>Relações</i> ” Paroquiais de 1769 .....	175
12. <i>Informações Paroquiais de 1769</i> .....	190
13. <i>Informações Paroquiais de 1774</i> .....	193
14. “ <i>Estado das Igrejas, Fabricas, e Confrarias</i> ” .....	197
15. <i>Informações Paroquiais de 1775</i> .....	198
III – Índices Documentais .....	201
1. As <i>Informações Paroquiais de 1721</i> existentes no A.U.C. ....	203
2. As “ <i>Noticias das Igrejas do Bispado de Coimbra</i> ” .....	210
3. As “ <i>Noticias dos Conventos do Bispado de Coimbra</i> ” .....	221
4. A “ <i>Noticia das Villas e Lugares da Comarca de Coimbra</i> ” .....	222
5. O “ <i>Extracto das Noticias</i> ” .....	229
6. As “ <i>Memorias Geographicas e Historicas da Comarca de Coimbra</i> ” ...	229
7. As “ <i>Noticias</i> ” da Comarca de Leiria .....	230
8. As <i>Informações Paroquiais de 1756</i> .....	230
9. As <i>Informações Paroquiais de 1758</i> .....	240
10. As <i>Informações Paroquiais de 1763</i> .....	253
11. As <i>Informações Paroquiais de 1775</i> .....	256
IV – Índice Toponímico: As Paróquias da Diocese de Coimbra no século XVIII .....	259